

**COMPETENCIA PARA O
JULGAMENTO DO CRIME
DE CONTRABANDO**

Um caso jurídico interessante, notadamente ressolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

No Juízo Federal de Pernambuco, foi ajuizado um processo criminal contra um indivíduo acusado de crime de contrabando, tendo o réu pronunciado, Ordenadas as diligências para ser o réu julgado perante o Juiz Federal, requereu esse magistrado de novo ajuizamento do crime de contrabando ante o Tribunal do Juri.

O pedido argumentava sustentando que tendo o art. 16 do Dec. 4.759 de 1923, determinado a punição dos crimes da competência do Juiz singular, não se poderia ajuizar crime de contrabando e não se poderia, assim, estabelecer que compete ao Juiz o julgamento de todos os crimes que a lei não atribuiu ao Juiz singular.

O julgamento desse chabacoso processo determinou longa discussão entre os seus ministros, pois todos estavam de acordo em que a lei continha uma grave omissão, por

dos crimes mais graves e que mais interessa a repressão, por ser um atentado ao direito público, pois

Estava assim a matéria do Egrégio Tribunal propensa a conceder o habeas-corpus para julgar competente o Tribunal do Juiz singular os delitos de contrabando. O ministro Sr. Euzébio Lins fundamentando o seu voto, declarou que, conquanto o art. 36 da Dou. 4.759 não tivesse incluído na competência do Juiz singular o crime de contrabando, tal competência era implícita, por que o § 2.º desse artigo só determinava a competência do Juiz para o crime de falsificação de moeda, e não para todos os crimes que a lei nº 285 atribuiu ao Juiz singular, o estando lei anterior dando essa competência, tal lei devia ser aplicada.

De acordo com esta opinião, o Tribunal denegou o habeas-corpus, por unanimidade de votos.

VARAS ADMINISTRATIVAS

Juiz — Dr. Pontes de Azevedo
(Cartorio do 1.º officio)

Escrivão — Dr. Renato do Cam-
pos.
Audências — As repartições e secretar-
ias, de 2 horas da tarde.
Audiência — Foram publicadas as
sentenças que julgaram as partes
do processo de José da Silva Pereira
e Luiz da Rocha Braga, o re-
stanto negativo de Iolinda da R.
da Rocha Sacramento.
Expediente:
Inventários — Falcão, Antonio
Miguel Barbosa. — Julgado po-
sitivo.
— Maria Magdalena Coelho Mi-
reira. — Idem.
— João da Rocha da Rosa Martins.
— Julgado por sentença o inventário
negativo.
— Iolinda da Rocha Lopes Sa-
cramento. — Idem.
— Alfredo Alexandre Carlos
de Campos e outras. — Julgado po-
sitivo e sentença a parte.
— João da Cunha Lima.
— Idem.
— Gustavo César do Campos.
— Idem.
Antonio Alves Barbosa. — A
Câmara de Recife.
— Anna Percezinha Monteiro.
— Ao fim do parecer da Câmara o
Crimes.
— Ernesto Manoel Nêla For-
te. — Ao fim do parecer da Câmara
de Recife.
— Lucinda Gonçalves de Mello
Pereira. — Ao Conselho.
— João da Rocha Braga. —

— Joaquim Teixeira da Silva. —
Ao Curador. A certidão desta resolu-
ção.

— **Francisco D'André.** — A
fardo o pedido.
— **Luiza Soares Cascaes.** —
Idem.
— **Victoria Rosa da Silva.** — A
Curador.
— **Domingos Antonio Fernan-**
des. — Na forma do parecer o
Curador.
— **Antonio Gonçalves Macedo.** —
Idem.
— **Burgelio Coelho Bastos.** —
Digam os interessados.
— **João Pereira Braga.** — Pro-
signa-se.
— **Dr. Edgard Teixeira Pa-**
checo. — Na forma do parecer o
Curador.
— **Dr. Manuel José Martinho**
— Idem.
— **José Alves Ribeiro Cintr-**
o. — Digam os interessados.
— **Arthur Alvares de Souza.** —
Idem.
— **Guilherme Pires.** — Designa-
do no 1.º processo.
— **Francisco de Andrade.** — Se-
tados e preparados.
— **Joachino Balkado.** — A
Curador.
— **Antonio do Rosario Terri-**
ca. — Digam os interessados.
— **José Francisco Sousa.** — Se-
tados e preparados.
— **Emilia Oliveira Sampa.** —
— Ao Curador de Orphãos.
— **Maria Emilia de Jesus An-**

— Dalilo. Gomes Marques e Costa.— Nomeado o correitor Paulo Alvares de Souza.

[illegible]

